

CADEIRA 21

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO LUIZ ORIONI NETO

Pulchritudinis studium habentes

Vós sois os estudiosos da Beleza

Com desmedida reverência, possuído da mais intensa emoção, penetro na “Casa Barão de Melgaço”, silogeu mais venerando e majestoso da Cultura mato-grossense, para tomar assento na Cadeira nº 21 da Academia Mato-Grossense de Letras, que tem, como Patrono, Manuel Peixoto Corsino do Amarante e teve, como único ocupante, o inolvidável Luis-Philippe Pereira Leite.

Experimentei já, em outras ocasiões, momentos grandiosos e soberbos, não tanto especiais como este, e que me foram também de estranhas emoções.

Recordo-me da solenidade de formatura no Palácio do Anhembi, em São Paulo, onde recebi o diploma de Bacharel em Direito, em noite festiva; da defesa de dissertação do opúsculo *Posse e Usucapião de Linha Telefônica — Direitos Autorais — Energia Elétrica e Direitos Pessoais*, para obtenção do Título de Mestre em Direito pela PUC-SP, ocasião em que, após as arguições orais, a Banca Examinadora, através de seu Presidente Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto, me distinguiu com nota máxima; e, mais recentemente, da solenidade de lançamento da Escola Superior de Direito de Mato Grosso, no Cuiabá Tênis Clube. Foram momentos de intensas alegrias e singulares emoções.

Para esta solenidade, tinha-os imaginado fosse como estou a senti-los, motivo por que, de proêmio, tento registrá-los nestas laudas ao encetar minha oração.

Como protagonista principal desta noite, tenho o privilégio de assomar a esta tribunal, onde, aos borbotões, a verve dos poetas e as luzes dos prosadores marcaram, com suas eloquências e notável saber, momentos sublimes para esta Casa Barão de Melgaço, na qual mais de uma centena de intelectuais ocuparam cadeiras desde os idos de 1921.

A sete de setembro de 1921, no Palácio da Instrução, nesta cidade, por iniciativa de D. Aquino Corrêa, foi fundado o Centro Mato-Grossense de Letras, que teve como primeiros sócios: o próprio D. Aquino, Antônio Fernandes de Souza, Estevão de Mendonça, Carlos Gomes Borralho, José de Mesquita, Philogônio de Paula Corrêa, José

Raul Vilá, Virgílio Corrêa Filho, Otávio Cunha Cavalcanti, Lamartine Ferreira Mendes e Cesário da Silva Prado.

A 15 de agosto de 1932, passou o Centro Mato-Grossense de Letras a denominar-se Academia Mato-Grossense de Letras, que teve aumentado, para trinta, o número de sócios. Por essa ocasião já contava em seus quadros, além dos fundadores, com os nomes de: Palmiro Pimenta, Maria de Arruda Muller, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Isác Póvoas, Nilo Póvoas, Oscarino Ramos, João Cunha, Franklin Cassiano da Silva e Olegário Moreira de Barros. A instalação da Academia se deu a sete de setembro do mesmo ano.

Em 1944, para enquadrá-la nas normas da Federação das Academias de Letras do Brasil, o número de membros efetivos foi aumentado para quarenta.

Nesta data, tenho a honra de ser o 119º ocupante da Academia Mato-Grossense de Letras. Por este augusto Sodalício, já passaram 81 (oitenta e um) Acadêmicos, cujas memórias reverenciamos a todo instante.

O braço da ceifadora inexorável arrancou do nosso convívio algumas das figuras mais expressivas do universo cultural do nosso Estado. Acadêmicos da grandeza de Benjamin Duarte Monteiro; Gervásio Leite; Rubens Mendes de Castro; Padre Raimundo Pombo; Rubens de Mendonça; Estevão de Mendonça; Archimedes Pereira Lima; Nilo Póvoas; Ulysses Cuyabano; Padre Wanir Delfino César; Domingos Sávio Brandão de Lima; Demóstenes Martins; Lamartine Ferreira Mendes; Isác Póvoas; Olegário Moreira de Barros; João Moreira de Barros; Benedito Sant'Ana da Silva Freire, Luis-Philippe Pereira Leite, a quem tenho a honra de suceder na Cadeira n.º 21, dentre outros vultos notáveis, não mais se encontram em nosso meio. A eles, que honraram as tradições da “Casa Barão de Melgaço”, projetando-a no cenário nacional e internacional, a nossa imorredoura saudade.

Há tempos tenho observado que reina por aí, na opinião de alguns, uma ideia de que nas Academias só deveriam entrar literatos, como tais entendidos romancistas ou poetas e que tenham dezenas de obras publicadas.

Essa não é, no meu entender, uma visão correta do fato.

Di-lo, com inexecedível propriedade, o festejado confrade LENINE DE CAMPOS PÓVOAS, no seu discurso de recepção ao brilhante orador e eminente Acadêmico SATYRO BENEDICTO DE OLIVEIRA, um dos luminares desta Casa, que, assim como eu, é professor e jurista: *As Academias — a não ser o caso de algumas expressas exceções — não se denominam Academias de Literatura, mas sim de Letras,*

o que nos revela que devam acolher poetas, prosadores, literatos de todos os matizes, inclusive os que se ocupam da literatura jurídica ou médica, todos os que lavram a seara das letras, todos os que, enfim, convivem no mundo da intelectualidade.

Outro não foi o entendimento dos franceses ao darem ao seu mais alto cenáculo de cultura o simples e abrangente título de *Academia Francesa*, sem qualquer restritivo.

Também não comungo da ideia de que se deva exigir do candidato ao ingresso nas Academias a apresentação de dezenas de obras publicadas como prova de sua capacidade intelectual.

Num país como o nosso, no qual publicar um livro é um ato de coragem, reservado quase sempre aos que possuem recursos financeiros, e num país de cerca de 150 milhões de habitantes que só possui 600 livrarias, no qual, portanto, quase ninguém lê, acho absurdo cobrar-se de alguém tal prova.

Ressalte-se, ainda, que nem sempre a edição de um livro comprova a cultura de quem o escreveu. Muitos existem, por aí, que melhor seria nunca tivessem sido escritos.

A vingar esse critério, nesta Casa não teriam ingressado, na época em que aqui ingressaram, Dom Aquino Corrêa, José de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho, nem Luis-Philippe Pereira Leite, que produziu a maior parte de sua extraordinária obra depois que aqui entrou e depois de cego.

A vingar esse critério não deveríamos reconhecer em Gregório de Mattos Guerra um dos fundadores da literatura nacional, nem em Frei Francisco de Mont'Alverne um dos maiores oradores que passaram pelas tribunas sacras ou profanas, no Brasil, em todos os tempos.

E a Academia Mato-Grossense de Letras, prestes a completar 80 (oitenta) anos de existência, tem permanecido fiel ao seu elevado objetivo: *PULCHRITUDINIS STUDIUM HABENTES*: estudiosos do belo, cujo lema vem estampado na pelerine envergada por todos os Acadêmicos.

Intelectuais e escritores das mais variegadas profissões por aqui passaram e ainda aqui se encontram, como estudiosos do belo.

Nesta casa tomaram assento *juristas* como José de Mesquita, Olegário Moreira de Barros, Amarílio Novis, Oscarino Ramos, Otávio Cunha Cavalcanti, Gabriel Vandoni de Barros, José Couto Vieira Pontes, Corsíndio Monteiro da Silva, João Antônio Neto, Benedito Sant'Ana da Silva Freire, Domingos Sávio Brandão Lima, Gervásio Leite, João Villasboas, João Moreira de Barros, José Ferreira de Freitas, Clóvis de Mello, Satyro Benedicto de Oliveira, Ubiratã Nascentes Alves, Benedito

Pereira do Nascimento, Gilmar Ferreira Mendes, Luis-Philippe Pereira Leite, Sebastião Carlos Gomes de Carvalho, Adauto Dias de Alencar; *militares*, como Firmo José Rodrigues, Joaquim Justino Alves Bastos, Frederico Augusto Rondon, Lécio Gomes de Sousa, Cyro Furtado Sodré, Othayde Jorge da Silva, Ubaldo Monteiro da Silva; *religiosos* como Dom Aquino Corrêa, Padre Raimundo Pombo, Padre Wanir Delfino César e Padre Firmo Duarte; *engenheiros*, como Virgílio Corrêa Filho, João Barbosa de Faria, Miguel Carmo de Oliveira Melo; *historiadores*, como Estevão de Mendonça, Rubens de Mendonça, Vera Randazzo, Lenine de Campos Póvoas e Elizabeth Madureira Siqueira; *professores*, como Leovegildo de Melo, Philogônio Corrêa, Isác Póvoas, Nilo Póvoas, Franklin Cassiano da Silva, Antônio Cesário de Figueiredo Neto, Maria de Arruda Müller, Maria Benedita Deschamps Rodrigues; *jornalistas*, como Archimedes Pereira Lima, Demóstenes Martins, Rosário Congro, Castro Brasil, Ronaldo de Arruda Castro, Nilza Queiroz Freire, Pedro Rocha Jucá, Avelino Tavares; *autores de literatura*, como Hélio Serejo, Tertuliano Amarilha e Moisés Mendes Martins Júnior.

Os *médicos* também constituem uma tradição na Casa Barão de Melgaço. Dos discípulos de Hipócrates, muitos já ocuparam e ainda ocupam Cadeiras neste silogeu: Lécio Gomes de Sousa, Cyro Furtado Sodré, Francisco Ayres, Jary Gomes, Humberto Marcílio Reynaldo, Nicolau Fragelli, Virgílio Alves Corrêa Neto, Clóvis Pitaluga de Moura, João Alberto Novis Gomes Monteiro e Odoni Gröhs.

Toda essa plêiade de cintilantes intelectuais constitui um orgulho para este augusto Sodalício e um patrimônio inestimável da cultura mato-grossense.

Também não prospera a crença de que, para entrar nas Academias, é necessário ter idade avançada e cabelos grisalhos. A minha presença neste Areópago, bem como de inúmeros outros Acadêmicos, são uma prova de que esse critério não tem nenhuma valia nesta Casa.

O mérito de um homem não é aferido pela sua juventude ou velhice. O mérito está no trabalho, no amor aos estudos e na vocação pela produção intelectual.

É bem de pensar com Henry Logfellow, em *The Ladder of St. Augustine*: “As *culminâncias conseguidas pelos grandes homens não foram alcançadas com um rápido vôo; durante a noite, enquanto seus companheiros dormiam, eles foram abrindo caminhos para cima*”.

O insuperável poeta Castro Alves faleceu aos 24 (vinte e quatro) anos, e, não obstante isso, deixou uma obra literária imorredoura, da qual destaco a poesia *A Luís*,

numa modesta homenagem ao xará e único ocupante da Cadeira n.º 21 — Luis-Philippe Pereira Leite, escrita por Castro Alves no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1868:

A LUÍS

*Como um perfume de longínquas plagas
Traz o vento da pátria ao peregrino,
Ó meu amigo! que saudade infinda
Tu me trazes dos tempos de menino!*

*É o ledo enxame de sutis abelhas
Que vem lembrar à flor o mel d'aurora...
Acres perfumes de uma idade ardente
Quando o lábio sorri... mas nunca chora!*

*Que tempos idos! que esperanças louras!
Que cismas de poesia e de futuro!
Nas páginas do triste Lamartine
Quanto sonho de amor pousava puro!...*

*E tu falavas de um amor celeste,
De um anjo, que depois se fez esposa...
— Moça, que troca os risos de criança
Pelo meigo cismar de mãe formosa.*

*Oh! meu amigo! neste doce instante
O vento do passado em mim suspira,
E minh'alma estremece de alegria,
Como ao beijo da noite geme a lira.*

*Tu paraste na tenda, ó peregrino!
Eu vou seguindo do deserto a trilha;
Pois bem... que a lira do poeta errante
Seja a benção do lar e da família.*

Senhores Acadêmicos!

Pouco ou nenhum significado teria o ingresso, neste cenáculo, de homens já desinteressados da labuta intelectual e dispostos apenas ao isolamento e ao repouso na chamada “Torre de Marfim” da imortalidade acadêmica, carregando um título que apenas serviria para alimentar-lhes a tola vaidade pessoal.

De minha parte, posso afiançar aos eminentes confrades e ilustres confreriras que a minha produção intelectual no universo do Direito está apenas começando. Por ora, só apareceu *a ponta do iceberg*. O projeto da Coleção *Tratado das Medidas de Urgência*, previsto para ter 14 (quatorze) volumes, é uma prova incontestada da manutenção do meu interesse diuturno na produção científica.

Além da publicação do *Tratado das Liminares*, volumes I e II, lançado em dezembro de 1999, tenho programado para este ano o lançamento do *Tratado das Medidas Cautelares*, volume III, da Coleção *Tratado das Medidas de Urgência*; da publicação dos artigos *Produção Antecipada de Prova e Tutela cautelar e obtenção de efeito suspensivo no recurso especial e no recurso extraordinário*, em trabalhos a serem lançados pela Editora Revista dos Tribunais, sob a coordenação dos ilustres Professores Nelson Nery Júnior e Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier.

Em agosto do vertente ano, começo a escrever a obra *Dos Recursos no Processo Civil*, que será composta de 05 (cinco) grandes capítulos: Teoria Geral dos Recursos — Princípios Fundamentais — Dos Recursos em Espécie — Tutelas de urgência no âmbito recursal e Da Ordem dos Processos nos Tribunais, com término previsto para fevereiro do ano 2001.

Ao tomar posse na Cadeira nº 21, da Academia Mato-Grossense de Letras, devo, em primeiro lugar, agradecer a magnanimidade dos meus ilustres confrades, a cuja frente destaco as personalidades de nosso Presidente, Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, e da Dra. Elizabeth Madureira Siqueira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, amigos diletos que incentivaram minha presença na “Casa Barão de Melgaço” e, pois, os maiores responsáveis pela honra desta consagração acadêmica.

Nesta hora de tão grande arroubo espiritual, o meu espírito volta-se para a cidade de Guiratinga, antiga Lajeado, nossa formosa “Garça Branca”. A cidade de Guiratinga tem tido presença marcante neste augusto Areópago. Além da presença do filho que ora ocupa esta tribuna, merece destaque a figura proeminente do Acadêmico João Antônio Neto, a estrela mais fulgurante de nossa terra natal, que brilha neste Silogeu como mestre emérito, jurista, filósofo do Direito, escritor, historiador, pensador, poeta, crítico literário e humanista.

Também carece destaque o ilustre Acadêmico Odoni Gröhs, que, não obstante oriundo da terra dos pampas, fixou domicílio na cidade de Guiratinga, onde reside há mais de 30 (trinta) anos. Foi Guiratinga que o imortalizou como médico notável e poeta em fulgurante ascensão.

Volto os olhos estremecidos pela saudade para os meus avôs Alencar Soares, Alice Vilela Orione e, mui especialmente, para o único avô que não conheci e cujo nome eu herdei: Luiz Orione. O meu saudoso avô, Luiz Orione, homem de educação refinada, poliglota, foi o fundador do primeiro cinema na cidade de Guiratinga. Em

reconhecida homenagem ao seu infatigável trabalho, Guiratinga mantém acesa a sua memória através de um estabelecimento educacional que leva o seu nome: Colégio Comercial de Contabilidade Luiz Orione.

Nesta noite de luzes, reverencio, carinhosamente, o Colégio Comercial de Contabilidade Luiz Orione, onde dei os primeiros passos para o mundo encantado do conhecimento e do saber; o Instituto Americano de Lins, onde cursei o 2º grau e moldei o meu caráter e a Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo, onde cursei a Faculdade de Direito a nível de graduação e pós-graduação.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo recebi uma educação esmerada de Professores do mais elevado gabarito e alto saber jurídico, valendo destacar, entre outros, os Professores Nelson Nery Júnior, Donaldo Armelin, Arruda Alvim, Thereza Alvim, Maria Helena Diniz, Paulo de Barros Carvalho, Roque Carrazza, Nelson Luiz Pinto, Sérgio Shimura e Carlos Alberto Ferriani, nosso Professor durante um lustro na cadeira de Direito Civil e Paraninfo da minha Turma de Bacharelados de 1985.

Em virtude dessa sólida formação jurídica, tive a oportunidade de contribuir para a difusão do ensino jurídico no Estado de Mato Grosso, seja como Diretor da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Estado de Mato Grosso, que exerci em 1989-1990; como Professor da Escola Superior da Magistratura, onde leciono há mais de um decêndio; como Professor da Escola Superior do Ministério Público, e, em dezembro de 1999, preocupado com a baixa qualidade do ensino jurídico no Estado de Mato Grosso que, de resto, reflete a sofrível qualidade a nível nacional, fundei a instituição denominada ESUD- Escola Superior de Direito do Estado de Mato Grosso, onde tenho imprimido o meu toque pessoal consistente na obsessão com a qualidade do ensino jurídico. Não é à toa que o lema da ESUD é *Um Centro de Excelência na geração do conhecimento jurídico de ponta*.

Como Diretor da Instituição, tenho valorizado os Professores e incentivado os alunos, inclusive, colocando à disposição do Corpo Docente e Discente a minha biblioteca pessoal com mais de 10.000 livros, que conta também com obras consagradas da literatura nacional e estrangeira, para uso comum de todos. Dessa forma, aquilo que era individual, tornou-se coletivo.

Como Professor, que é a minha grande predileção, ministro com desvelo e assídua frequência minhas aulas, sempre atento às advertências do consagrado magistrado e professor Dr. Edgard de Moura Bittencourt registradas na oração dirigida

aos bacharelados da Faculdade de Direito de Bauru, em 1962, estampada em seu opúsculo *O Juiz: (...) A didática deve desvencilhar-se dos arcaicos métodos de abstração do aluno pelo mestre, substituída pela comunhão constante e completa e pela curiosidade vazada no convívio fora e abaixo da cátedra. ... Nunca deixo de procurar compreender meus alunos nos pontos básicos de suas personalidades. Não procuro sufocá-las, mesmo quando os entendo errados. A opinião honesta, por mais ousada ou arrojada que seja, é sempre digna de respeito. Já se foi o tempo em que o preceptor impunha e o discípulo ficava na alternativa de aceitar o dogma ou fracassar no aprendizado. Ninguém mais se tranca no argumento da experiência, nem na autoridade do mais velho. A cátedra não é meio de politização, mas de ilustração e de comunhão. Nela, todas as ideias podem ser expostas; nenhuma, porém, pode vestir-se com as armaduras das injunções. E quanto mais o mestre deseja acreditar-se perante o aluno, tanto mais deverá revelar-lhe, nos pontos polêmicos, o argumento da corrente contrária à sua predileção. Quem escolhe é aquele que aprende, não aquele que ensina.*

O progresso de uma Escola Superior de Direito deve alicerçar-se nos valores de excelência.

Os mesmos valores de excelência valem para arrostar os problemas do Poder Judiciário e para resgatar o prestígio da Justiça.

A Justiça, dizia Bossuet, é o bem sagrado da Sociedade.

Ruy Barbosa assinalou com a eloquência de seu verbo: *Não há nada mais relevante para a vida social que a formação do sentimento da Justiça, e este resultado é, na sua maior parte, uma função da cultura jurídica.*

Há mais de um século, em 1896, perante o Senado da República, a “Águia de Haia”, produziu este formoso CREDO: *CREIO na liberdade onipotente criadora das nações robustas; CREIO na lei emanção dela, o seu órgão capital, a primeira de suas necessidades; CREIO que, neste regime, não há poderes soberanos, e soberano é só o Direito, interpretado pelos Tribunais; CREIO que a própria soberania popular necessita de limites. E que esses limites vêm a ser as suas constituições por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra seus impulsos de paixão desordenada; CREIO que a República decai, porque se deixou estragar confiando-se ao regime da força; CREIO que a Federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a Justiça: Porque da Justiça nasce a confiança; Da confiança a tranquilidade; Da tranquilidade o trabalho; Do trabalho a produção; Da produção o crédito; Do crédito a opulência; Da opulência a responsabilidade; a duração; o*

valor; CREIO no governo do povo pelo povo; CREIO, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberdades do Tesouro constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública; CREIO na tribuna sem fúria e na imprensa sem restrições, porque CREIO no poder da razão e da verdade; CREIO na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuperável das capacidades.

Daí a afirmação de Kant: *Se a Justiça chegasse a desaparecer, não teria mais valor a vida do homem sobre a terra*, e daí este passo maravilhoso de Del Vecchio: *Só a Justiça é farol seguro **que** serenamente indica, por cima do tumulto das paixões, o caminho a seguir*; e tal é a pureza do seu esplendor que, segundo a feliz imagem de Aristóteles, nem Vênus, a estrela da tarde, nem a estrela matutina brilham tão maravilhosamente.

Sem Justiça, a vida seria impossível. Pelo menos, ainda que biologicamente possível, perderia o sentido humano e não mereceria ser vivida. Eis porque, em todos os tempos, espíritos eleitos souberam e quiseram combater e morrer por ela.

A História da humanidade deve-lhes a suprema nobreza. Quem verdadeiramente consagra a vida ao ideal de Justiça, ultrapassa-se como indivíduo, identifica-se universalmente com o próximo, com os outros, para além da esfera das aparências sensíveis. E seguindo aquela vocação íntima, imposta pela lei do espírito à sua natureza de ser racional, penetra no reino do Absoluto e da Eternidade.

Infelizmente, o julgador está sujeito, como todo o homem, ao engano, ao erro; alicerça os seus juízos sobre dados fornecidos por outros homens. A falibilidade humana é uma lei a que ninguém pode fugir, por mais sábio, honesto e recto que seja. A verdade é transmitida pelos sentidos e estes podem ser doentes ou perceberem deficientemente; a verdade é submetida à luz do pensamento, da inteligência, e esta pode estar fatigada, não dominar convenientemente o que lhe foi transmitido pelos sentidos; a verdade é acalentada pela sensibilidade e esta pode não ser sabiamente dirigida. Seja S. Francisco de Assis ou Kant, o homem é sempre homem e, como tal, falível!

Ora, se é certo que a justiça não é composta somente de santos, pois há corruptos e prevaricadores, não menos certo é que a maioria esmagadora é de homens íntegros, abnegados, vigilantes, estudiosos e inteiramente integrados aos altos padrões da mais

límpida moralidade e da busca incessante do acerto e da conformidade com os apelos da condição humana.

Como já clamava o confrade João Antônio Neto, no seu discurso de recepção ao Acadêmico Benedito Pereira do Nascimento, exemplo de retidão da Justiça mato-grossense, *a nossa esperança é que todos os que amam a Justiça, como aquela prudência que os escolásticos chamavam de **recta ratio factibilium**, a saber — medida do que importa ser feito — a nossa esperança é que se deixe de lado o novo “brado retumbante”, que por aí ecoa, clamando por controles e se apliquem os governantes a resolver os problemas verdadeiros da Justiça e não ilusões que, por definição, não passam de figuras abstratas, que encham os olhos e deixam vazios os espíritos bem informados.*

Como advogado integrante do quadro da valorosa instituição Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Estado de Mato Grosso, acredito serenamente na Justiça como bem supremo de uma sociedade democrática.

Ilustres confrades!

A Cadeira n.º 21, que assumo, está imantada pela personalidade carismática do patrono Manuel Peixoto Corsino do Amarante e foi ocupada pela excelsa figura de Luis-Philippe Pereira Leite, a que venho suceder.

Como Jefferson disse de Franklin, um homem de tal envergadura, nesta Academia, *eu apenas o sucedo. Ninguém poderá jamais substituí-lo.*

Como segundo ocupante, tornam-se ainda mais intensas a satisfação e a honra da investidura por encontrá-la em estado de conservação quase virginal, intocada na sua pureza radiante em razão da excelsitude das qualidades morais, intelectuais e espirituais de seu primeiro titular, que a elevou e dignificou ainda mais, deixando-me bem mais próximo da imagem fulgurante do patrono — Corsino do Amarante.

De comum acordo com o presidente da Casa, limitar-me-ei às citações absolutamente necessárias, tanto no caso do patrono como no do fundador da Cadeira, que a leitura do texto completo espicharia o tempo e seria abusiva à paciência dos caros assistentes.

Em 4 de fevereiro de 1842, na lendária cidade de Cuiabá, na então Província de Mato Grosso, nascia o patrono da Cadeira n.º 21 Manuel Peixoto Corsino do Amarante, filho de Antônio José Zeferino e Ana Balbina do Amarante.

Três grandes acontecimentos marcaram a vida de Corsino do Amarante. O primeiro foi a Guerra do Paraguai. Chamado à guerra, interrompe seus estudos e à

vanguarda do exército e nas fileiras do 1º regimento de artilharia a cavalo, segue para os campos de luta. A fé de ofício de Corsino do Amarante é um rol de bravura. Seu nome figura em inúmeras citações elogiosas referentes às mais árduas batalhas e aos mais importantes combates da guerra contra o Ditador Solano Lopes. Ferido gravemente em combate, mereceu louvor especial de Duque de Caxias, conhecedor de sua bravura militar.

O segundo foi o convite feito pela Princesa Isabel para auxiliar o Barão de Ramiz na preceptoría dos príncípios, filhos da Princesa Isabel.

Na preceptoría dos príncipes, durante o regime da monarquia, o encontrou o advento da Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889. E aqui reside o terceiro acontecimento que retrata o fulgurante caráter do Patrono da Cadeira n.º 21. Em razão da Proclamação da República, julgando a sua situação de oficial incompatível com o novo regime, discordando da atitude do Exército, que lhe parecera eivada de negra ingratidão para com o regime da Monarquia, não hesitou um momento. Tomou da pena e traçou o seu requerimento de demissão do serviço do Exército e do cargo de lente da Escola Militar. Aos íntimos, que tentaram demovê-lo desse passo, que tanto iria prejudicar o seu futuro e o bem estar da família, declarou com firmeza ser irrevogável a sua resolução. Numa idade quase impossível de recomeçar a vida, preferiu a perspectiva de um futuro incerto e ameaçador, à triste adesão de um suspeito aos olhos dos triunfadores, a ter de transigir com as suas velhas crenças e ter que desobedecer aos ditames da consciência, a sua boa amiga, tão branca e pura.

Benjamim Constant, que se achava à testa do movimento republicano, seu colega de magistério e amigo íntimo, ao ter conhecimento do duplo pedido de demissão, que, uma vez deferido, viria afastar do Exército um militar brioso e do magistério um homem de cultura e saber, procurou demover Corsino do Amarante do seu propósito. Amarante, porém, insistiu e o fundador da República propôs-lhe uma solução conciliatória e razoável. Concordaria em conceder-lhe a demissão do posto de coronel do Exército; não o dispensaria, entretanto, da cátedra da Escola Militar, porque, dizia, *estava em causa, não o regime político, mas a educação da mocidade*. Diante do patriotismo e sincero apelo que lhe era feito, Corsino do Amarante acedeu e, despido de todas as honras, vantagens e regalias militares, restava-lhe agora, somente, a sua situação de professor na Escola, cujo caráter meramente científico lhe permitia a permanência, sem **desaire**, e com real proveito para o ensino, em vista de sua luzes e larga experiência.

Ilustres confrades! Senhoras e Senhores!

Reservou a mim o destino, no imponderável de suas imprevisões, de vir ocupar a Cadeira deixada por um Luís, o xará Luis-Philippe Pereira Leite.

Aliás, é impressionante as coincidências que tenho com o Patrono Corsino do Amarante e o único ocupante da Cadeira n.º 21 — Luis-Philippe Pereira Leite.

A coincidência com o Patrono Corsino do Amarante reside no seguinte aspecto: em julho de 1993, após o enlace matrimonial com a minha diletta esposa Séphora Dioz Orione, fui morar, em Cuiabá, na Rua Corsino do Amarante, num Edifício próximo à residência do emérito confrade Clóvis de Mello.

Já as semelhanças com Luis-Philippe são ainda mais marcantes. Além do nome em comum — Luís — o xará também era sagitariano. Luis-Philippe nasceu no dia 12 de dezembro; eu nasci no dia 15 de dezembro, uma módica diferença de 03 dias; Luis-Philippe também era advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Mato Grosso, onde obteve o número 105.

E uma última e drástica coincidência: no dia do meu aniversário — 15 de dezembro — Luís-Philippe Pereira Leite, em estado delicado, foi internado no Hospital Jardim Cuiabá, com o agravamento súbito de sua saúde, vindo a falecer logo em seguida.

Todas essas semelhanças e incríveis coincidências: morar na Rua que leva o nome do Patrono; o nome em comum com o único ocupante da cadeira n.º 21; o mesmo signo e a mesma profissão, traços estes que dificilmente seriam encontrados em outra Cadeira, sob certa medida me confortam, pois fico com a honesta sensação de que o destino imponderável da vida me reservou a Cadeira n.º 21, que teve como único ocupante o inesquecível Luis-Philippe.

O imortal Luis-Philippe Pereira Leite é um exemplo dignificante de pessoa humana, pelas suas virtudes morais e cristãs.

Falar sobre Luis-Philippe Pereira Leite é discorrer sobre a própria cidade de Cuiabá. Sobre tudo o que essa cidade tem de mais importante, mais tradicional, mais culto e ilustre. Reserva moral da cuiabanidade, homem de exemplar dignidade, soube conduzir a sua vida sempre dentro de padrões morais os mais rígidos e com uma simplicidade e humildade quase franciscanas. Sim, a vida simples, o amor ao próximo, o cultivar dos amigos, a firmeza de caráter, a preocupação com a salvaguarda dos registros históricos, são as tônicas exemplares de sua longa existência.

Por mãos do venerável Dom Francisco de Aquino Corrêa, em 1946 foi chamado para a Academia Mato-Grossense de Letras, entidade cultural das mais prestigiadas em Mato Grosso. Tornou-se acadêmico imortal ocupando a cadeira de Corsino do Amarante.

Luis-Philippe Pereira Leite nasceu em Cuiabá em 12 de dezembro de 1916, filho de João Pereira Leite e Jovita Valladares Pereira Leite. Nasceu num casarão antigo situado na avenida Murtinho, hoje Presidente Vargas, esquina com a Rua Barão de Melgaço. A antiga casa paterna, já demolida, é hoje a agência central do Banco do Brasil em Cuiabá.

Teve dois irmãos, Hermínia e José Venâncio. A primeira veio a se casar com Cirilo Mariano de Carvalho, cuiabano, oficial do exército, mudando-se para o Rio de Janeiro onde veio a falecer em 8 de outubro de 1973.

José Venâncio, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, e tornou-se professor titular de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Faleceu em São Paulo em 26 de dezembro de 1980.

A vida de Luis-Philippe Pereira Leite foi brilhantemente retratada pelo eminente historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva, na obra há pouco tempo lançada nesta Casa intitulada *Philippeanas — A produção Intelectual de Luis-Philippe Pereira Leite*.

A produção intelectual do único ocupante da Cadeira n.º 21 é impressionante. Na obra referida, Paulo Pitaluga catalogou a produção de 82 trabalhos publicados por Luis-Philippe, valendo destacar, entre outros: *O Príncipe de Nassau; Tristão de Ataíde – Mestre e Apóstolo; Elogio de Corsino do Amarante; Dom Francisco de Aquino Corrêa; A Glória de Rondon; Capitães Generais de Mato Grosso; Coração Peregrino; O Engenho da Estrada Real; Exaltação da Humildade; Louvor à Bondade; O Garoto, o Jurista, o Cristão e o Estadista; Senhor de Engenho; Três grandes mulheres cuiabanas; O Arraial das Monções; Monumentos de Mato Grosso; Agência 46 do Banco do Brasil*.

Além dessa vasta produção, Luis-Philippe Pereira Leite foi o maior Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso de todos os tempos, conforme ressalta e reconhece Paulo Pitaluga, que o sucedeu na Presidência em 1996: *Praticamente sozinho, pedra sobre pedra, deu grandeza, deu destaque, deu importância ao Instituto Histórico. Fechado, quase desaparecido, o Instituto reviveu com Luis-Philippe. Sem sombra de dúvida, a mais profícua gestão de todos os presidentes que passaram pela instituição. Suas vinte revistas, em especial, deram ao Instituto o mérito da publicação de toda a imensa produção histórico-cultural mato-grossense enfeixadas*

em duas décadas de edição. Deu a oportunidade e espaço editorial, prestigiando os sócios. Graças ao seu trabalho diário, incansável, resoluto, conseguiu transformar o Instituto Histórico. Dando-lhe nova vida, proporcionou-lhe serenidade. Os presidentes que se seguiram estão fazendo cada um a sua parte, um pouco de cada vez, para dar continuidade à essa obra perene realizada por Luis-Philippe ao longo de vinte anos de sua gestão à frente da instituição. Se o Instituto não fechou definitivamente as suas portas, não acabou no esquecimento, como aconteceu com inúmeras instituições culturais que se criaram pelos tempos, foi graças exclusivamente ao trabalho, ao denodo e à força de vontade de Luis-Philippe Pereira Leite. Se Estevão de Mendonça, Dom Aquino e outros fundaram, Luis-Philippe Pereira Leite não deixou fechar.

Em 27 de maio de 1947, casou-se com Neuza da Silva Pereira, a 10ª filha de Humberto da Silva Pereira e Mariana Viegas Pereira. Desse casamento não houve filhos.

Em 31 de outubro de 1947, foi nomeado Procurador Geral do Estado, no governo Arnaldo Estevão de Figueiredo. Passou a ter assento junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Essa procuradoria fazia as vezes da atual Procuradoria Geral de Justiça, não existente à época.

Em 1970, Luis-Philippe Pereira Leite ficou cego, em virtude de uma poliorretinite grave. Mas a falta de visão só o atingiu fisicamente, pois continuava a enxergar com a luz do coração, pautado pelo compasso de sua prodigiosa memória.

Tanto que em 1976 foi eleito Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. O historiador Rubens de Mendonça, então com o cargo de Secretário Perpétuo do Instituto, querendo que o desembargador Domingos Sávio Brandão de Lima fosse o Presidente, trabalhou contra sua eleição. Mas no dia da votação, Luis-Philippe foi eleito com o voto unânime de todos os presentes, inclusive de Rubens de Mendonça.

Na sua posse, o discurso do ex-presidente Francisco Alexandre Ferreira Mendes era interminável. Lá pelas tantas, Luis-Philippe, puxando-o pela manga, lhe diz: *Olha, me passa logo a presidência que eu já fui eleito, preciso assumir para terminar a reunião. Ninguém aguenta mais esse discurso.*

Para não correr o risco de ser puxado pela manga do paletó, passo à parte final da minha oração.

Exmas. Sras. e Senhores:

As regimentais alusões ao Patrono Manuel Peixoto Corsino do Amarante e ao único ocupante da Cadeira n.º 21, Luis-Philippe Pereira Leite, cujas lembranças refletem a imortalidade terrena, constrista-me o fato de já perceber que um dia aqui também serei lembrado.

Importante, contudo, é a imortalidade das ideias.

Como ensina Wil Durant: *a sabedoria mostra que a decomposição é parcial, atinge vidas, não atinge a Vida*. Morrer não é o fim para nós, que aqui somos imortalizados, porque nossas ideias não morrerão com nossas mortes. Sim, pois, as Academias existem para que os seus eleitos e as suas obras, nunca sejam esquecidas, mesmo depois da total extinção física, a exemplo do nosso patrono — Manuel Peixoto Corsino do Amarante — e do único ocupante da Cadeira n.º 21 — Luis-Philippe Pereira Leite que, neste momento, estão sendo lembrados por nós.

Imensa é a minha satisfação de ser recepcionado nesta Academia pelo jurista e historiador Ubiratã Nascentes Alves, meu diletíssimo amigo e principal incentivador da minha presença nesta Casa.

O ilustre Procurador do Estado Ubiratã Nascentes Alves é figura de destaque na Academia Mato-Grossense de Letras. Desde que assumiu a Cadeira n.º 1 neste Areópago, em 05 de novembro de 1998, tem contribuído de forma notável para o progresso desta Casa, onde, atualmente, ocupa com desvelo e assiduidade o importante cargo de Secretário Geral.

O estimado confrade Ubiratã Nascentes Alves é um mato-grossense de bagagem internacional; viveu na Europa boa fase de sua juventude de sonhos, entre a Suécia e a França, anos que serviram de tempero no aprimoramento do seu requinte intelectual e lhe permitiu o domínio de diversos idiomas, entre eles o inglês, o francês e o italiano.

Somando todas as experiências acumuladas, Ubiratã buscou na Procuradoria do Estado, em especial nas atribuições de Defensor Público junto à Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá, o seu verdadeiro apogeu.

Como “obreiro” eterno do Direito, esteve dia-após-dia ouvindo as pessoas, conhecendo suas fraquezas, forças e virtudes, que culminou no lançamento do fecundo livro *Manual Prático Para Adoção & Medidas de Proteção*, sua trajetória no mundo literário forense.

Além desse importante trabalho sobre Adoção, o emérito confrade Ubiratã Nascentes Alves lecionou Direito Tributário, Administrativo e Constitucional na Universidade de Cuiabá (UNIC), escreveu o livro *Mato Grosso em História*, premiado

pela Secretaria Estadual de Educação, criou o primeiro Livro de Autoridades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, além de ser membro fundador do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Agradecimentos especiais aos ilustres confrades João Antônio Neto, que declamou o poema *A Justiça*, feito especialmente para esta noite festiva; e Moisés Mendes Martins Júnior, que declamou o poema *Lágrimas* e nos brindou com as apresentações de *O Lago dos Cisnes*, de Tcheicovsky e *Rancho Fundo*, de Ari Barroso.

O talento multifário, a cultura polimorfa e a genialidade grandiosa dos confrades João Antônio Neto e Moisés Mendes Martins Júnior são uma pequena amostra da pujante intelectualidade que permeiam as personalidades altaneiras e magnificentes dos membros da Academia Mato-Grossense de Letras.

Grato à multímota frequência de convidados, autoridades, acadêmicos, amigos, companheiros, professores, alunos e familiares que obsequiosamente prestigiaram festiva reunião, tão brilhantemente conduzida pelo Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras — Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, que, no múnus da Presidência, vem lutando heroicamente — juntamente com a Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso Dra. Elizabeth Madureira Siqueira, pela recuperação do patrimônio pertencente à Casa Barão de Melgaço que, desde os primórdios de sua fundação, inicia à Rua Barão de Melgaço e vai até a Rua Comandante Costa, de molde que ela continue sendo a mais representativa entidade cultural de Mato Grosso.

Reconhecimento fidedigno exteriorizo a quem generosamente sempre me acompanhou, dando-se uma educação esmerada, com incentivo especial aos estudos, meus estimados pais Eduino Jácomo Orione e Célia Maria Soares Orione. A honradez do meu pai e a ternura da minha mãe me bastam. Aos meus irmãos Antônio Carlos, Sara e Luciana pela fraterna amizade.

Permiti-me, Senhores Acadêmicos, que os louros desta consagração eu os oferte, como um ramalhete de flores, à minha querida esposa, Séphora Dioz Orione, e as queridas filhas, Marília Dioz Orione e Raphaella Dioz Orione, ternuras de lar venturoso.

Sobre a ventura encontrada no lar, faço minhas as palavras de José de Mesquita: *Encontrei a mulher que me servia. Amorosa, fiel, meiga e, sobretudo, pura, virgem de corpo e alma. Desfrutei o amor em todas as suas modalidades, em toda plenitude. Se morresse ao cabo de uns dias de casado, poderia dizer: Gozei a vida em toda a sua essência, do amor o capítulo sumo.*

Permitai-me, Senhoras e Senhores acadêmicos, tomar assento na cadeira n.º 21 desta Casa de Dom Aquino, de Augusto Leverger e José de Mesquita, ombrear convosco a alta responsabilidade de guardiães da nossa cultura, de guerreiros da nossa paz e de paladinos da nossa história!

Faço-o sob a invocação irreprimível do santo nome de Deus — A Suprema Inteligência — fonte eterna da Beleza e da Sabedoria, da Justiça e do Amor.

E quero encerrar com estes versos, lema da vida de José de Mesquita:

*Vive
Como se cada dia
fosse o primeiro de uma vida nova
— da tua vida construtiva e boa,
mas vive, igualmente,
como se todo o dia
fosse o final da tua vida,
o último dia aproveitado
para fazer o bem, embora apenas colhas
ingratidões, aleives e injúrias!*

Muito obrigado!